

## Carlos Wilson propõe a extinção do IPC

*Senador apela aos Poderes para que revejam "com seriedade e isenção" privilégios eventualmente concedidos a seus membros e recebe apoio no plenário do Senado*

### Senado presta homenagem a Magalhães Pinto

O Senado aprovou na tarde de ontem requerimento do senador Arlindo Porto (PTB-MG) para que a Casa dedique sessão solene em homenagem à memória do ex-senador José de Magalhães Pinto, falecido quarta-feira no Rio de Janeiro. Ao encaminhar a votação do requerimento, vários senadores destacaram o passado político do ex-chanceler, ex-governador e ex-presidente do Senado.

Página 2

O senador Carlos Wilson (PSDB-PE) apresentou ontem projeto de lei determinando a extinção do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), com o argumento de que este é o sacrifício necessário que o Legislativo deve fazer para permitir a discussão adequada da reforma previdenciária, com a viabilização de um sistema que atenda democrática e justamente a todos os brasileiros.

Carlos Wilson disse estar "farto" de ver o Poder Legislativo ser desmoralizado e acredita estar dando uma modesta contribuição para uma reforma previdenciária "séria, profunda e verdadeira, como deseja o povo brasileiro".

Foi por iniciativa de Carlos

Wilson que a Assembleia Legislativa de Pernambuco extinguiu, em 1990, o programa de previdência parlamentar dos deputados estaduais. Ao dar essa informação, o senador disse que, na condição de ex-governador, não goza de qualquer privilégio concernente a aposentadoria especial.

Com seu projeto, Carlos Wilson acredita estar propiciando uma trégua e uma conclamação a todos os Poderes no sentido de que revejam, "com seriedade e isenção", quaisquer regalias que, indevida e injustamente, estejam sendo concedidas a seus membros. A ideia do se-



Carlos Wilson

nador é a de que sua iniciativa tenha repercussão nas inúmeras aposentadorias privilegiadas concedidas por vários governos estaduais e assembleias legislativas em todo o país.

Em aparte, o senador Jefferson Peres (PSDB-PA) apoiou a extinção do IPC e disse que é muito embaraçoso para o Legislativo restringir aposentadorias e, ao mesmo tempo, preservar seus privilégios. Os senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC), Roberto Requião (PMDB-PR) e Marina Silva (PT-AC) também apartearam para apoiar a iniciativa de Carlos Wilson.

## Senadores apoiarão reforma agrária, diz Júlio Campos

Ao receber ontem em audiência representantes do Fórum pela Reforma Agrária e pela Justiça no Campo, o senador Júlio Campos (PFL-MT), então no exercício da presidência do Senado, garantiu o apoio da maioria da Casa ao propósito de acelerar a votação de medidas capazes de contribuir na solução rápida e justa para os conflitos pela posse de terra.

- No que depender do presidente José Sarney e da maior



Júlio Campos recebe representantes do Fórum

oria absoluta dos senadores, não haverá qualquer dificuldade - assegurou Campos.

O senador disse que, mesmo pertencendo à bancada que apóia o governo, e estando satisfeito com os acertos em ou-

tras áreas, reconhece que a parte social vai mal, conforme demonstram os índices de desemprego, a alta de custo de vida e a violência no campo.

A senadora Marina Silva (PT-AC), que acompanhava o grupo, informou que tramita na Casa projeto de sua autoria adequando a redação do Código Civil e do Código Penal ao dispositivo da Constituição de 1988 que estabelece a propriedade social da terra.

Compareceram também à audiência os senadores Lauro

Campos (PT-DF), Benedita Silva (PT-RJ), e José Dutra (PT-SE). O Fórum representa 24 entidades, entre as quais o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Na presidência da sessão plenária de ontem, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comunicou a presença no Senado dos membros do Fórum pela Reforma Agrária e pela Justiça no Campo. Suplicy informou que os integrantes desse movimento eram mensageiros de uma carta dirigida aos três poderes da União, e cujo texto, conforme anunciou, será inserido nos Anais do Senado.

# Sessão em homenagem a Magalhães Pinto

*Trajatória política do ex-senador mineiro, da assinatura de manifesto contra Vargas à oposição ao regime militar, é lembrada por parlamentares de diferentes partidos*



Sebastião Rocha

## Rocha diz ter provas no caso Sivam

"Se o presidente Fernando Henrique Cardoso queria um motivo para cancelar o projeto Sivam, agora já tem", afirmou ontem o senador Sebastião Rocha (PDT-AP), ao reportar-se a documento a ele enviado pela Westinghouse Electric Corporation, denunciando, segundo o parlamentar, "fraude e violação no processo licitatório" para a escolha da empresa vencedora do projeto de vigilância da Amazônia.

- Aqui pode estar a irregularidade pedida pelo presidente da República para justificar a revisão de todo o processo Sivam, e quiçá este fato possa desaguar na coleta das assinaturas que faltam para garantir a convocação da CPI do Sivam - acrescentou.

### DNER

Sebastião Rocha classificou de "molecagem" a atitude da diretoria do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), que, conforme denunciou, cancelou os recursos do Orçamento de 1995 previstos para a conservação de rodovias no estado do Amapá. Rocha manifestou-se convicto de que os recursos tenham sido remanejados "para priorizar obras de empreiteiras ligadas à diretoria daquela autarquia".

O Senado aprovou na tarde de ontem requerimento do senador Arlindo Porto (PTB-MG) para que a Casa dedique sessão solene em homenagem à memória do ex-senador José de Magalhães Pinto, falecido quarta-feira no Rio de Janeiro.

Ao encaminhar a votação do requerimento, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou que teve restrições ao político Magalhães Pinto, mas passou a admirá-lo quando ele aliou-se à oposição ao governo militar.

Por sua vez, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) enalteceu a competência do ex-senador na disputa acirrada que travou com Tancredo Neves pela liderança política em Minas Gerais.

Júnia Marise (PDT-MG) reconheceu que Magalhães Pin-

to foi importante ao votar em Tancredo Neves em 1985.

Lúcio Alcântara (PSDB-CE) lembrou que ex-senador também deu provas de que tinha ideais democráticos ao assinar, em 1942, o Manifesto dos Mineiros, que contestava a ditadura de Getúlio Vargas.

Júlio Campos (PFL-MT) definiu Magalhães Pinto como "eminente homem público brasileiro, grande mineiro e grande realizador".

Em nome do PMDB, Ronaldo Cunha Lima (PB) associou-se ao luto da família, dizendo que ele foi um político que participou de forma ativa de momentos cruciais da história recente.

O senador Bernardo Cabral (PMDB-AM) registrou o fato de que Magalhães Pinto foi um dos

signatários da cassação do seu mandato de deputado federal, quando da edição do AI-5, mas associou-se às homenagens.

Pela liderança do PFL, Hugo Napoleão (PI) disse que, com Magalhães Pinto, "morre também a emoção, o gesto de solidariedade, o gosto pela política".

Arlindo Porto lembrou que o ex-senador, nos últimos anos, "viveu longe de Minas Gerais, mas os mineiros não o esqueceram".

Carlos Patrocínio (PFL-TO) afirmou que o homenageado marcou com dignidade a sua atuação política.

Na presidência da sessão, o senador Eduardo Suplicy traçou uma pequena biografia do homenageado e manifestou seu pesar à viúva dona Berenice e aos filhos de Magalhães Pinto.

## CRE aprova repúdio ao governo da Nigéria

A Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem voto de repúdio ao governo da República da Nigéria, devido ao "enfocamento de nove ativistas de direitos humanos", no final do ano passado. O autor do requerimento é o senador Jefferson Peres (PSDB-AM).

Na mesma reunião, presidiada pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), foi aprovada, depois de sabatina em caráter secreto, a indicação de Carlos Augusto Rego Santos Neves para o cargo de embaixador do Brasil junto ao Canadá. As duas matérias serão encaminhadas ao plenário.

## Jefferson diz que não será candidato

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) informou ontem que não será candidato à prefeitura de Manaus nas eleições deste



Jefferson

ano, apesar dos apelos que vem recebendo. Lembrou que cumpriu apenas um dos oito anos de seu mandato e até poderia, sem riscos, se candidatar, pois sequer teria que se desincompatibilizar do cargo de senador.

Se lançasse o seu nome, destacou, estaria dando mau exemplo, pois foi escolhido para representar o Amazonas no Senado.

## Marluce anuncia acordo sobre ITR

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) anunciou ontem que conseguiu junto ao secretário da Receita Federal, Evérardo Maciel, que a cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR) possa ser contestada pelo proprietário de terra, até 30 dias

antes do pagamento.

Segundo a senadora, os sistemáticos erros de cálculos relativos aos valores cobrados aos agricultores da Região Norte "têm feito com que muitos deles vendam suas propriedades".

## Agenda do Dia

### PLENÁRIO

9h - Sessão Deliberativa do Senado

**Pauta:** Quarto dia de discussão em primeiro turno das "PECs n.ºs 5/95, que condiciona o recesso parlamentar à aprovação do Orçamento, 27/95,

que impede que membros do Ministério Público tenham atividades político-partidárias; e 51/95, que amplia de três para cinco o número de membros do Tribunal de Contas nomeados pelo governador eleito em estados nos dez primeiros anos de criação.

# Mesa publica assinaturas dos subscritores de CPI

*Na presidência da sessão, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) determina a divulgação da íntegra do documento de criação da CPI e da lista original de assinaturas*

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), respondendo ontem pela presidência dos trabalhos do Senado Federal, determinou a publicação no *Diário do Senado Federal* e no *Jornal do Senado* da íntegra do documento de criação da CPI do sistema financeiro, com as assinaturas dos vinte e nove senadores que apoiaram a medida. A decisão atende a reivindicação de diversos senadores que informaram à Mesa Diretora que seus nomes haviam sido divulgados fora da ordem em que apresentaram seu apoio ao documento.

O senador Bernardo Cabral (sem partido-AM), por exemplo, informou que, embora tenha sido o 13º a apor sua assinatura, o seu nome saiu como tendo sido o último da lista. Já o líder do PT, senador José Eduardo Dutra (SE) assinou que o importante é que o requerimento de criação da CPI contou com "expressivo número de apoiantes", e espera que a mesma não tenha o destino da CPI dos Corruptores, "que não foi instalada porque PSDB e PFL não fizeram a indicação de seus membros".

A líder do PDT, senadora Júnia Marise (MG), afirmou que "em nome da salvaguarda do sistema financeiro e do próprio governo" o seu partido participará da CPI que, conforme advertiu, "não deverá ser transformada em palanque eleitoral mas, sim, ir a fundo em busca da transparência total". Autor do requerimento de criação da CPI, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) também apoiou a decisão da Mesa de mandar publicar a lista original das assinaturas.

Segue a íntegra do requerimento, cumprindo orientação do presidente da sessão, senador Eduardo Suplicy. Na página seguinte, é publicada a lista original das assinaturas.



SENADO FEDERAL

*A publicação*  
*Em 06.03.96*  
**REQUERIMENTO Nº 198, de 1996**

(Dos Srs. Senadores Antonio Carlos Valadares e outros)

Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com a finalidade de apurar responsabilidade civil e criminal contra o Sistema Financeiro Nacional.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do parágrafo 3º, do artigo 58 da Constituição Federal e na forma do artigo 145 e seguintes do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 membros e igual número de suplentes, obedecendo o princípio da proporcionalidade partidária, destinada a, no prazo de 180 dias, apurar:

A responsabilidade civil ou criminal de agentes públicos ou privados do Sistema Financeiro Nacional que, por ação ou omissão possam ter causado prejuízos à União - em especial ao Banco Central do Brasil - e cujos bancos tenham sido atingidos, a partir do ano de 1995, por intervenção ou colocados em regime de administração especial, bem como investigar em profundidade a prática denunciada pela imprensa de atividades ilícitas relacionadas com empréstimos e balancetes fictícios, já analisados ou em análise, pelo Banco Central do Brasil e, assim, também, a remessa ilegal de moeda para o exterior.

Requerem, ainda, apurados os fatos, sejam as conclusões da CPI encaminhadas ao Ministério Público para os fins previstos em Lei, assim como a apresentação de sugestões visando a adoção de novos procedimentos legais que impeçam a prática de atos lesivos ao Erário que possam ser praticados por funcionários públicos e demais agentes vinculados ao Sistema Financeiro Nacional.

Sala das Sessões, em 29 de fevereiro de 1996

JUSTIFICAÇÃO EM PLENÁRIO

*Antonio Carlos Valadares*  
 Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

SECRETARIA  
 PROTOCOLO LEGISLATIVO



SENADO FEDERAL

198 196

REQUERIMENTO Nº

(Dos Srs. Senadores Antonio Carlos Valadares e outros)

Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), com a finalidade de apurar responsabilidade civil e criminal contra o Sistema Financeiro Nacional.

*Requiere*

(Roberto Requião)

*Junia Marise*

(Junia Marise)

*Eduardo Suplicy*

(Eduardo Suplicy)

*Gilvânio Borges*

(Gilvânio Borges)

*Ronaldo Cunha Lima*

(Ronaldo Cunha Lima)

*Carlos Bezerra*

(Carlos Bezerra)

*João França*

(João França)

*Gilberto Miranda*

(Gilberto Miranda)

*Ademir Andrade*

(Ademir Andrade)

*Roberto Freire*

(Roberto Freire)

*Barcy Ribeiro*

(Barcy Ribeiro)

*Carlos Patrocínio*

(Carlos Patrocínio)

*Emília Fernandes*

(Emília Fernandes)

*Sebastião Rocha*

(Sebastião Rocha)

*Pedro Simon*

(Pedro Simon)

*João Rocha*

(João Rocha)

*Osmeir Dias*

(Osmeir Dias)

*Benedita da Silva*

(Benedita da Silva)

*Marina Silva*

(Marina Silva)

*Bernardo Cabral*

(Bernardo Cabral)

*Ernandes Amorim*

(Ernandes Amorim)

*João França*

(João França)

*Casildo Maldaner*

(Casildo Maldaner)

# CPI atropela investigação do BC, alerta Melo

*Vice-líder do governo afirma que a equipe econômica está convivendo com cristais na administração do Plano Real e que o simples anúncio da CPI derrubou as bolsas de valores em 8%*

## CAE faz novo convite ao chefe da fiscalização

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), anunciou ontem que enviará novo convite ao chefe do Departamento de Fiscalização do Banco Central, Adilson Ferreira, para que ele compareça à comissão na próxima terça-feira (dia 12), às 10h30, a fim de prestar depoimento a respeito dos procedimentos contábeis do Banco Nacional.

Em carta enviada à presidência da CAE, Adilson Ferreira, que na manhã de ontem deveria ter prestado depoimento à comissão, pediu que fosse adiada a audiência, além de subordinar o seu comparecimento à participação do diretor de Fiscalização do BC, Cláudio Mauch, na reunião. O senador Gilberto Miranda rejeitou os termos da carta.

No novo convite da CAE a Ferreira, adiantou o senador, será lembrada a sua condição de funcionário público, e será feita uma referência direta à expectativa dos senadores que integram a CAE de contarem com o empenho da direção do BC para fazer com que Adilson compareça, com ou sem o diretor da área.

## Campinas é autorizada a emitir Letras

O plenário do Senado aprovou ontem autorização para a cidade de Campinas (SP) emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município (LFTMC), determinando que os recursos apurados sejam destinados à liquidação dos complementos da primeira e quarta parcelas de precatórios judiciais de responsabilidade daquele município.

O vice-líder do governo no Senado Geraldo Melo (PSDB-RN) afirmou ontem que a criação da CPI do Senado para apurar irregularidades no sistema financeiro nacional atropela as investigações sérias conduzidas pelo Banco Central. Ele questionou se o Senado tem condições de investigar, com maior profundidade que o BC, alguma irregularidade porventura ocorrida na área bancária.

- O que ganhará o povo pelos danos que uma CPI sobre o sistema financeiro poderá provocar ao Plano Real? Quem se respon-

sabilizará por qualquer dano à política econômica? Sabemos todos que a equipe econômica está convivendo com cristais na administração do plano econômico. Pois o simples anúncio da aprovação da CPI derrubou em dois dias as bolsas de valores em 8%. Os títulos da dívida brasileira caíram em Nova York mais de 2% em um dia - ponderou Geraldo Melo.

Conforme o vice-líder do governo, uma parte dos congressistas não pode comprometer o plano econômico "em nome de algum espaço na imprensa". Na

sua opinião, é claro que todos que assinaram o requerimento da CPI querem o bem do Brasil, mas "alguns querem especialmente a luz dos refletores dos palcos poucos meses antes das eleições municipais deste ano".

José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), em aparte, destacou que o Congresso não pode perder tempo com investigações que vêm sendo feitas paralelamente pelo Banco Central e pela polícia: "O Congresso tem de continuar a discussão e votação das grandes mudanças econômicas e sociais do país", acrescentou.

## Valadares: investigação alcança Banespa e Banerj

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), autor do requerimento de criação da CPI que vai apurar irregularidades no sistema financeiro, garantiu ontem que a comissão vai incluir o Banespa e o Banerj entre os bancos que serão investigados.

Ele disse que o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) teria cometido equívoco em condicionar a indicação de mem-



Valadares

brs do seu partido à investigação sobre aquelas duas instituições financeiras. Valadares explicou que, por estarem dentro do período de intervenção do Banco Central, considerado a partir de janeiro de 1995 e prorrogado em dezembro do mesmo ano, os dois bancos estaduais terão o mesmo tratamento que os Bancos Econômico e Nacional, durante os trabalhos da CPI.

O senador espera que ainda esta semana os líderes partidários indiquem os membros efetivos e os suplentes, para que a CPI seja logo instalada.

## Estabilidade não corre risco, diz Maldaner



Maldaner

O senador Cássio Maldaner (PMDB-SC) garantiu ontem que a CPI do sistema financeiro não coloca, nem de longe, em risco a estabilidade do

Plano Real. Maldaner afirmou que assinou o requerimento da CPI por uma questão de consciência. Ele lamentou que o governo tenha gasto R\$ 5 bilhões para salvar apenas um banco, quando deixa à mingua os pequenos empresários em crise.

O senador João Rocha (PFL-TO) disse que foi um dos primeiros a assinar o requerimento da CPI, mas infelizmente foi noticiado ontem que a bancada do Tocantins havia retardado a assinatura à espera de benefícios.

O líder do PPB, senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA), ponderou que a comissão deve manter o sigilo bancário durante seus trabalhos.

Já Ademir Andrade (PSB-PA) disse que o governo não deve resistir à CPI e que ela será boa para o Brasil.

## Júnia não vê derrota do governo

A líder do PDT, senadora Júnia Marise (MG), afirmou ontem que a criação, pelo Senado, da CPI dos Bancos e a rejeição, pela Câmara dos Deputados, do relatório sobre a reforma da Previdência não significam uma derrota para o governo. Para a senadora, o presidente da República, na verdade, deve estar vendo com satisfação que o Congresso Nacional quer apurar os fatos que pre-



Júnia

ocupam a sociedade.

"Não pretendemos quebrar o sistema financeiro. O que queremos é apurar as fraudes constatadas, tanto que o próprio presidente do Banco Central admitiu ter havido falhas da instituição", afirmou Júnia Marise.

# Congresso homenageia o Dia da Mulher

*Senadora ressalta o desafio de se encontrar, junto com os homens, caminho para o desenvolvimento do país. Deolinda, líder dos sem-terra, é citada*

## Jonas defende solução para dívida agrícola



Jonas

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) disse que a Frente Parlamentar da Agricultura quer manter novas negociações com o governo

no sentido de implementar as medidas necessárias para consolidar o processo de renegociação das dívidas dos agricultores. Segundo o senador, alguns bancos privados estão-se recusando a proceder ao alongamento das dívidas, alegando que a Lei 9.138 é apenas normativa, e portanto não os obrigaria a alongar prazos.

## Lucena cobra mais recursos para o Nordeste



Lucena

A liberação de recursos para uma política de crescimento econômico para o Nordeste foi o tema de uma reunião, ontem, de alguns senadores

da região com os presidentes do BNDES e do Banco do Nordeste. Humberto Lucena (PMDB-PB) anunciou que participaria de audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso, a quem seria entregue documento alinhando reivindicações.



Emilia preside sessão em homenagem à mulher

## Suassuna pede providência para manter disciplina

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu ontem à Corregedoria da Casa e ao Conselho de Ética a adoção de providências para assegurar a manutenção do decoro parlamentar, da ordem e da disciplina no Senado. Suassuna disse que o seu desentendimento com o senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) não pode ser visto como fato isolado, uma vez que, conforme frisou, nos últimos três dias verificaram-se de três episódios idênticos.

- No momento em que o país

vive um caldo de cultura onde os conflitos emergentes demandam corajoso enfrentamento, há que se privilegiar o comedimento e a razão no relacionamento entre e intrapoderes. O Parlamento não pode se dar o luxo de reproduzir imagens de truculência e força física, numa afronta aos cidadãos - disse.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), no exercício da presidência da sessão, fez apelo para que os senadores tenham uma atitude civilizada, como exemplo para o povo.

## Instalado Conselho de Ética

O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado será dotado de um Regimento Interno, para definir detalhes do processo a ser observado em seu funcionamento. O Regimento virá complementar as Resoluções 17 e 20, de 1993, que criaram o Con-

selho e dispõem sobre a sua atuação.

A decisão de elaborar o Regimento foi tomada ontem, na reunião de instalação do Conselho. Foi a primeira sessão após a eleição do seu presidente, senador Casildo Maldaner (PMDB-SC).

O Congresso Nacional realizou na manhã de ontem sessão solene em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, que se comemora hoje. A sessão foi presidida pela senadora Emilia Fernandes (PTB-RS), que convidou para integrar a Mesa a sra. Denise Paiva, representando a primeira-dama, Ruth Cardoso, e a deputada Marta Suplicy.

Emilia Fernandes disse que, "no momento, o principal desafio que se apresenta para as mulheres brasileiras é, junto com os homens, apontar um caminho de desenvolvimento para o país".

Por sua vez, Júnia Marise (PDT-MG) destacou que, embora representem 52% da população brasileira, "nem por sonho as mulheres ocupam a metade das funções de decisão de mando".

Já Marluce Pinto (PMDB-RR) lembrou que quando chegou ao Congresso na década de 80, para exercer mandato de deputada, havia apenas 12 mulheres parlamentares. "e se não fosse o voto dos colegas do sexo masculino, a luta das mulheres estaria inviabilizada".

Benedita da Silva (PT-RJ), depois de se reportar a mulheres que contribuíram nas lutas do povo brasileiro, dedicou a homenagem do Dia Internacional da Mulher "àquela que está presa por defender na prática o que defendemos com palavras: Deolinda!" - líder do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. Também discursaram as deputadas Marta Suplicy, Zulaie Cobra, Marilu Guimarães, Jandira Feghali e Vanessa Felipe.

### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Eriandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando César Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Heival Rios ■ Coordenador de

Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade

■ Editores - Djálba Lima e Edson de Almeida

■ Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume

e Adílio Nascimento ■ Revisão: Soraia F. do Carmo ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.